

Em busca de consenso pelo fim do barulho

Moradores do Lago Sul e clubes tentam chegar a um acordo

Os moradores do Lago Sul deram o primeiro passo para garantirem suas noites de sono. Em reunião com técnicos da fiscalização do GDF e representantes de clubes de lazer e de boates, discutiram como podem chegar a um consenso de forma que a poluição sonora causada pelas festas no Setor de Clubes Sul seja amenizada sem bani-las definitivamente. Os envolvidos devem elaborar uma agenda de ações para resolver o antigo problema.

A tarefa, entretanto, não deve ser fácil. Por parte dos moradores das QLS 8, 10 e 12, principais afetados pelo alto som das festas, há uma forte pressão para que os eventos sejam fiscalizados com mais rigor pelo GDF. Eles cobram também que o monitoramento deve ser estendido ao próprio espelho d'água, onde jovens, em lanchas, estariam ouvindo som a volumes altíssimos.

— Nós não conseguimos renovar nossa licença ambiental porque não conseguimos provar que o barulho não é nosso. Vem, sim, de jovens em lanchas — queixa-se Márcia Bonfim, representante das empresas do Pontão do Lago Sul.

Indagado sobre o que pode ser feito para monitorar os níveis de poluição sonora causada pelas festas, o fiscal de Controle Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), Bento Marçal, afirmou que não há como aumentar a fisca-



ORLA agitada: moradores reclamam do som alto de festas e boates

lização. Atualmente, a Semarh conta com apenas dois fiscais para monitorar níveis de ruído em todo o DF. Marçal afirma que, para garantir o atendimento a uma denúncia, os moradores devem fazê-la com duas semanas de antecedência.

— São 26 regiões administrativas para monitorarmos — comenta Marçal.

Segundo o presidente do Sindicato Patronal dos Clubes Sociais (Sinlazer), Claudionor Santos,

um eventual consenso entre os moradores e os promotores de eventos não deve banir as festas dos clubes que, por sua vez, devem se comprometer a baixar o volume das caixas de som. Outro problema que tem de ser resolvido, conta, é a situação dos alvarás dos clubes.

Ele afirma que, dos 33 filiados ao Sinlazer, 30% não tem alvará definitivo junto à Administração Regional de Brasília, responsável pela concessão do documento.

— Para entrar na legalidade, os clubes têm de provar que têm capacidade para realizar as festas, como ter isolamento acústico — acrescenta Edilma Andrade, representante da Administração de Brasília.

Apesar da inicial falta de consenso, a administradora do Lago Sul, Natanry Osório, considerou o encontro positivo. Ela marcou uma nova reunião, em 15 dias, para começar a elaborar o plano de ação.

— Agora não tem mais como jogar a culpa um para cima do outro — avalia Natanry. (GQ)

A Semarh conta só com dois fiscais para monitorar ruídos